



A descontinuidade e a continuidade da lei mosaica na vida do cristão: uma perspectiva Paulina

Davi Bienert

Faculdade Luterana de Teologia

Dezembro de 1997

A DESCONTINUIDADE E A CONTINUIDADE DA LEI MOSAICA NA VIDA DO CRISTÃO: UMA PERSPECTIVA PAULINA

Davi Bienert*

INTRODUÇÃO

A questão da lei mosaica é um tema clássico para judeus e cristãos, para protestantes e católicos e para as diversas tradições protestantes. O tema entra em pauta na discussão sobre a lei, e o evangelho e a relação entre os dois testamentos. A questão da lei numa perspectiva paulina tem gerado uma grande discussão nos estudos paulinos nas últimas décadas. Trata-se de uma discussão ampla que aborda vários aspectos da lei. O único consenso é que não há consenso.

Este artigo visa tratar somente um aspecto da discussão da lei, abordado apenas na perspectiva paulina. A pergunta básica a ser feita é: qual é o papel da lei mosaica na vida do cristão de ponto de vista de Paulo? Será que Paulo abrogou completamente a lei e ela, portanto, não é mais válida para o cristão? Será que ele ensinou uma descontinuidade completa da lei mosaica? Ou, será que Paulo defendeu a continuidade da lei, tornando-a ainda válida? A lei ainda serve de fonte de ética e moralidade para os cristãos?

Essas perguntas são polêmicas e geram várias respostas. No debate teológico sobre o assunto surgem duas posições básicas que podem ser denominadas continuidade e descontinuidade. Há várias posições neste espectro, mas todas se encaixam basicamente em um desses dois pólos.

Entre as escolas teológicas, a escola Reformada enfatiza normalmente a continuidade da lei, ensinando o terceiro uso da lei moral.¹ Em suma, esta posição ensina que a parte moral da lei ainda está em vigor e que o cristão está obrigado a obedecer-lhe, capacitado pelo poder do Espírito Santo. Obedecer à lei é um modo de mostrar gratidão e amor a Deus e é um meio de santificação. A lei é uma fonte para se construir uma ética cristã. Já a escola Luterana ensina a descontinuidade da lei, enfatizando o papel da lei para julgar e convencer do pecado.² O terceiro uso da lei dos teólogos reformados não é ensinado pelos teólogos luteranos. A lei não serve como norma ética autoritária para a vida cristã embora possa ser usada como direção. A lei mosaica é substituída pela lei de Cristo e pela lei do amor.

* David Bienert é professor da área bíblica no Seminário Teológico Batista do Rio Grande do Sul e aluno de pós-graduação no I.E.P.G. em São Leopoldo, RS.

¹Uma explicação dos 3 usos da lei moral encontra-se em Wayne G. Strickland, ed. *The Law, the Gospel, and the Modern Christian 5 Views*. (Grand Rapids: Zondervan, 1993) 53.

²Veja um sumário do usos da lei na teologia luterana em F. F. Bruce, *Paul, Apostle of the Heart Set Free* (Grand Rapids: Eerdmans, 1977) 191.

Esta discussão da lei na vida do cristão, além de ter implicações na área de teologia da lei (o relacionamento entre lei e evangelho e dos dois testamentos), também tem implicações no campo da ética.

O ensinamento de Paulo é indispensável em qualquer discussão. Se alguém pensar que uma consulta a Paulo vai resolver a questão da lei na vida do cristão ficará desapontado. Conforme já observado, a teologia de Paulo quanto à lei é muito polêmica e amplamente discutida e debatida. Não há consenso em muitos aspectos da teologia de Paulo, e a lei e a questão da lei na vida do cristão não são exceções. Os eruditos de ambas as posições, continuidade e descontinuidade, acham em Paulo seu apoio.

Antes de prosseguir, é necessário definir a palavra "lei". É verdade que *nomos* "lei" tem vários sentidos na literatura paulina. O uso mais comum, geralmente aceito pelos eruditos, é o de lei mosaica, ou seja a lei recebida por Moisés no estabelecimento da aliança com o povo de Israel. A presente discussão assume essa definição.

O objetivo principal desse artigo é apresentar os argumentos, com base na literatura paulina, tanto em favor da continuidade como da descontinuidade. Não se pretende defender ou determinar uma posição, mas apresentar os argumentos principais do debate. Este estudo pode ser útil na discussão e debate sobre a lei para definir e esclarecer os argumentos das duas posições. É sempre proveitoso conhecer os argumentos de ambos os lados em cada discussão. Isso contribui para um entendimento maior e mais equilibrado do assunto e serve como ponto de partida para novas idéias e discussões. As conclusões desse artigo também podem ser úteis no debate contínuo sobre outros aspectos da lei na teologia paulina e na discussão maior do lugar da lei no Cristianismo.

O procedimento utilizado seguirá o seguinte roteiro: os textos paulinos básicos usados no debate serão apresentados com seu argumento principal resumido. Serão apresentados os argumentos de dois eruditos, que servirão como representantes das respectivas posições. Argumentos de vários outros que contribuam para a discussão serão resumidos. Depois de apresentar os argumentos, o autor analisará alguns argumentos das duas posições.

A DESCONTINUIDADE

Textos que Apóiam a Descontinuidade

A linguagem de Paulo, à primeira vista, parece que está abrogando a lei completamente e que não há nada para resgatá-la. As frases e referências abaixo relacionadas são usadas para apoiar a descontinuidade da lei. É claro que a interpretação destes textos é discutida, entretanto são estes os textos geralmente utilizados para demonstrar a descontinuidade. Os versículos serão citados e um sumário da interpretação será apresentado.

1. “Pois Cristo é o fim da lei para justificar a todo aquele que crê” (Rm 10:4). Este versículo é chave para provar a descontinuidade. Não há consenso sobre a tradução e interpretação do termo *telos*, que pode ser traduzida por “alvo” ou por “fim”. Argumenta-se que significa fim.³ Mas há várias maneiras de se interpretar “fim”⁴ e uma implicação possível é que significa o fim da lei em todos os seus aspectos e, portanto, sem validade para os cristãos. Três outros textos são usados para apoiar a idéia de que a lei terminou. O primeiro é 2 Coríntios 3:7-18 que usa *telos* (v.13) e *katargein* “abolir” (v.11,13,14). A lei não é mencionada especificamente, mas é subentendida no contexto da aliança. O segundo texto é Gálatas 2:18, com a expressão *katelusa*, “destruiu”. Paulo destruiu a lei completamente. O terceiro é Romanos 3:21, onde aparece a expressão *xoris nomou* “sem lei”, que ensina que a justiça de Deus não está mais ligada à lei. É deduzido que, se a lei não tem nada mais a ver com salvação, também não tem com santificação.

2. “Pois o pecado não terá domínio sobre vós, porquanto não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça. Pois quê? Havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? De modo nenhum” (Rm 6:14,15). Esta frase “debaixo da lei” também aparece em 1 Coríntios 9:20 e Gálatas 3:25; 4:5 e 5:18. Segundo esta posição, entende-se que “debaixo da lei” não significa apenas “debaixo da maldição da lei”, mas de todos aspectos da lei, inclusive os mandamentos e as sanções.

3. “Assim também vós, meus irmãos, fostes mortos quanto à lei mediante o corpo de Cristo, para pertencerdes a outro...” (Rm 7:4 e 7:6 que também fala sobre morte). “Pois eu pela lei morri para a lei, a fim de viver para Deus” (Gl 2:19). Essas expressões fortes sobre a morte não deixam espaço para a continuidade. Morte indica o fim.

4. “Mas agora fomos libertos da lei, havendo morrido para aquilo em que estávamos retidos...” (Rm 7:6). A palavra *katergethemen* significa liberto e é interpretada como liberdade total. Esta liberdade está implícita na alegoria de Gálatas 4:21-5:1, onde Hagar representa a aliança antiga, que deve ser abandonada. Se “a lei do pecado e da morte” em Romanos 8:2 pode ser entendida como a lei mosaica, essa seria mais uma referência para apoiar a liberdade da lei.

5. Há três referências (Gl 3:19 e 24; Rm 5:20) que ensinam que a lei é um acréscimo na história da salvação. Sendo temporal, a lei tem início e fim. Depois

³Veja Thomas C. Rhyne, *Faith Establishes the Law*. Dissertation Series Number 55. ed. Howard C. Kee. (Society of Biblical Literature. Scholars Press 1981). Na página 8 na nota da página 126 e 127 Rhyne menciona mais de 30 autores que optam por esta interpretação

⁴ Veja Rhyne, *Op. cit.*, 8 para um sumário das várias possibilidades.

da vinda de Cristo, a lei com sua função de aio chegou ao seu fim; não é mais necessária e terminou.

6. As referências que contrastam a letra e o Espírito (Rm 2:27-29; 7:6 e 2 Co 3:6). Letra e Espírito são antíteses e não podem ser misturadas; representam duas alianças distintas.

7. “Levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo” (Gl 6:2). “Para os que estão sem lei, como se estivessem sem lei (não estando sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo), para ganhar os que estão sem lei” (1 Co 9:21). Essas referências são citadas para mostrar que há uma nova lei, a lei de Cristo, para substituir a lei mosaica abolida. A definição da lei de Cristo não é clara mas pode incluir os ensinamentos de Jesus e a lei de amor.

Os Argumentos de Steven Westerholm

Muitos são os teólogos que defendem a descontinuidade da lei. Normalmente, os argumentos principais são os mesmos e as referências a Paulo e suas interpretações são iguais. Stephen Westerholm, no artigo “A Lei e Comportamento Cristão”,⁵ argumenta habilmente em favor da posição de descontinuidade. Devido à limitação de espaço e à repetição dos argumentos, Westerholm servirá como porta-voz desta posição e seus argumentos serão resumidos e apresentados. Alguns argumentos diferentes dos outros teólogos serão adicionados depois.

Em seu livro, Westerholm⁶ apresenta cinco argumentos demonstrando que a lei está ab-rogada e não deve ser usada para construir uma ética cristã.

1. A conduta ética que Paulo exige dos cristãos, embora corresponda em conteúdo com as exigências morais da lei mosaica, não pode ser usada para argumentar em favor da validade permanente da lei. É claro que Paulo é contra o pecado, mas pecado não é definido pela lei e a base para a ética não é a lei.

2. A frase “os cristãos cumprem a lei” é uma base inadequada para argumentar que eles são obrigados a obedecer a seus preceitos. As três referências (Rm 8:4; 13:8-10 e Gl 5:14) que dizem que os cristãos cumprem a lei são descrições e não prescrições. Paulo faz essa afirmação por razões polêmicas. Contra seus oponentes, que acusam que sua ab-rogação da lei resultará em antinomismo, Paulo argumenta ao contrário, dizendo que na realidade os cristãos cumprem a lei naturalmente sem serem obrigados e, portanto, a lei não é necessária. Em Romanos 7 a impotência das pessoas debaixo da lei é apresentada e o argumento é ven-

⁵Stephen Westerholm, “The Law and Christian Behavior” in *Israel's Law and the Church's Faith: Paul and His Recent Interpreters*. (Grand Rapids: Eerdmans, 1988).

⁶*Ibid.*, 198-218.

cido quando se afirma que através de Cristo e do Espírito a lei é cumprida (Rm 8:4) e, portanto, não é mais necessária. Em Romanos 13:9 Paulo menciona algumas leis, não para ordenar sua observância, mas para mostrar que o amor cristão alcança invariavelmente os padrões da lei. A conduta do cristão é melhor, não pior, do que a dos que estão debaixo da lei. Paulo faz distinção entre "praticar a lei" e "cumprir a lei". Os cristãos nunca são solicitados a praticar a lei. Essa expressão é reservada para os que estão debaixo da lei e faz parte da obrigação da lei. Quando Paulo fala positivamente da conduta dos cristãos em relação à lei, usa o verbo *pleroun* (cumprir) e seus cognatos. Este uso é coerente na literatura Paulina e exige uma explicação. Paulo usa essa distinção para argumentar que os cristãos (e somente cristãos) satisfazem completamente o verdadeiro objetivo da lei. A lei moral está subentendida porque é óbvio que outros aspectos da lei não são cumpridos. "Paradoxalmente, os resultados (não as exigências!) do 'antigo sistema' são paixões pecaminosas, transgressões da lei e morte (Rm 7:5; 2 Co 3:6 e Gl 3:19). Paradoxalmente, de novo, o 'fruto' (não as exigências!) do 'novo sistema' é o 'cumprimento' da lei (Rm 8:4). O paradoxo proposital."⁷

Em resposta à crítica de que em 1 Coríntios 7:19 os "mandamentos de Deus" referem-se à lei mosaica, Westerholm afirma que os únicos mandamentos nesse capítulo são paulinos e dominicais (v.1,17 e 25) e outros imperativos de Paulo e esta frase talvez signifique somente a submissão à vontade de Deus.

3. Paulo argumenta constantemente que os cristãos não estão mais ligados à lei Mosaica. Paulo afirma várias vezes que o judeu está "debaixo da lei" (1 Co 9:20) mas o cristão não (Rm 6:14,15 e 1 Co 9:20). Não estar "debaixo da lei" não significa não estar debaixo da maldição da lei ou de uma má interpretação da lei, mas, da obrigação de observar os mandamentos da lei. Esta obrigação sempre leva a humanidade para a servidão ao pecado e resulta na maldição divina.

A expressão "morreu para a lei" (Rm 7:4; Gl 2:19) não significa simplesmente morreu para a maldição da lei, ou da lei como um meio de justificação, ou de um mau entendimento da lei, mas inclui a libertação das exigências da lei.

A natureza temporal da lei (Gl 3:19-4:5) argumenta em favor de uma abrogação total. Não é possível fazer distinção entre a maldição e as exigências. As duas coisas são incluídas. Em Gálatas 5:1,3 Paulo diz que os circuncidados precisam guardar toda lei, e é subentendido que os Gálatas não precisam.

O fato de Paulo não considerar as leis da comida (Rm 14:14), o sábado (Rm 14:5; Gl 4:10), a circuncisão (Gl 5:6) e as leis rituais como necessárias e em vigor, argumenta a favor de que as leis morais estão incluídas. Paulo, como os judeus da sua época, via a lei como unidade completa e não fazia distinções nem separava categorias de leis. Se Paulo fizesse essa distinção e mantivesse que as leis morais ainda valiam, precisaria ensinar claramente quais leis ainda tinham validade. Paulo não fez isso porque a lei sempre viu a lei de modo integral.

⁷Ibid., 205.

A frase “todas as coisas são lícitas” (1 Co 6:12; 10:23), e sua maneira não legal de qualificar esta frase, indica claramente que o cristão não é obrigado a obedecer à lei.

A falta de referência à lei ao tratar o problema de imoralidade e idolatria em Coríntios mostra o fato de que Paulo resistiu à tentação de basear sua ética na lei. Seu argumento, usando princípios cristãos, é mais complicado e menos decisivo do que uma referência simples à lei. Sua proclamação da liberdade da lei tornou o recurso para a lei impossível.

É necessário notar que Paulo usa somente duas vezes um preceito da lei para apoiar sua posição na área de conduta. Em 1 Coríntios 9:8-10 ele cita Deuteronômio 25:4 e o interpreta alegoricamente para mostrar seu direito de receber ajuda financeira das igrejas. Em 1 Coríntios 14:34 (cuja autenticidade tem sido questionada) é dito que a conduta de as mulheres ficarem em silêncio na assembleia está na lei, embora ninguém saiba onde.

É claro que liberdade da lei não traz aos cristãos licença absoluta porque ainda são servos de Deus (Rm 6:22) para fazer sua vontade. Esta vontade não é achada na lei mas é descoberta na renovação das suas mentes (Rm 12:2), no processo de crescimento em sabedoria e juízo.

4. A característica da ética cristã é a vida no Espírito, que Paulo contrasta com obrigação com a lei. O contraste entre a “letra” e o “Espírito” é visto nessas passagens: Romanos 2:27; 7:6; e 2 Coríntios 3:6.⁸ A letra é uma referência à antiga aliança, que incluía exigências agora não mais válidas na nova aliança caracterizada pelo Espírito. Romanos 7:6 é uma referência a uma maneira de servir. Servir na velhice da letra inclui as exigências da lei, e servir em novidade de Espírito exclui as exigências da lei. A letra, junto como suas exigências, é algo do passado e não é mais válida para os cristãos.

A presença do Espírito que habita nos cristãos é o guia e o habilitador da conduta moral. O termo “andar no Espírito” é a nova norma que substitui a lei. “Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei” (Gl 5:18). É verdade que a conduta moral que o Espírito induz corresponde bem às exigências da lei, mas isso não quer dizer que Paulo derive sua ética da lei. Paulo não acha a vontade de Deus como um fariseu que interpreta e aplica os estatutos da lei. Paulo não exclui instrução e encorajamento porque sabe que os cristãos ainda estão na carne e alguns são fracos. Às vezes ele usa sua autoridade para decidir uma questão, porém é mais comum vê-lo tentar convencer do que ordenar (2 Co 1:24; 8:8; 1 Ts 2:7 Fl 8,9; Rm 1:11,12). Paulo levou a sério a posse do Espírito pelos cristãos é a habilidade do Espírito para guiá-los. A base da sua instrução é a sua posse do Espírito (1 Co 7:40). Ele pede a seus leitores, visto que também tinham

⁸Para uma discussão mais ampla deste argumento veja Westerholm, "Letter and Spirit: The Foundation of Pauline Ethics." *NTS* 30 (1984) 229-248.

o Espírito, para reconhecerem que sua instrução era do Senhor (1 Co 14:37; Rm 15:14; Fp 3:15) e para julgarem por eles mesmos (1 Co 10:15; 11:13).

5. A recusa de basear a ética na lei surgiu do seu entendimento da natureza da lei. A lei, segundo Paulo, não é uma palavra da vontade de Deus para seu povo em todos os lugares e tempos, mas obrigações que a aliança impôs a Israel com sanções de vida e morte, bênçãos e maldições. A aliança antiga não podia dar vida, portanto os cristãos precisavam ser libertos das exigências e sanções da lei para servirem a Deus numa nova aliança.

Argumentos de Outros Teólogos

O resumo dos argumentos adicionais de outros teólogos serão citados. H. J. Schoeps fala da idéia rabínica de que a lei seria abolida com a vinda do Messias (Rm 10:4) e que Deus iria inaugurar uma nova Torá através do Messias (Rm 3:27; 8:2; Gl 6:2). A lei é abolida, porque Paulo acredita que Jesus é o Messias.⁹

F. F. Bruce¹⁰ enfatiza que o Espírito foi posto em lugar da lei na vida do cristão e que a lei não tem mais lugar no relacionamento entre Deus e o cristão.¹¹ A antítese entre lei e Espírito é tão absoluta como a antítese entre obras e fé. As obrigações da conduta moral são geradas pelo Espírito e não pela lei. O fato de que Paulo sente a necessidade de se defender das acusações de antinomismo mostra que ele realmente estava abolindo a lei.

"A implicação destas palavras (Rm 6:14) é tão surpreendente para a ética tradicional e teológica hoje como no primeiro século. Estar debaixo da lei, não somente a lei de Moisés mas a lei de Deus, significa estar debaixo do domínio do pecado. Estar debaixo da graça, a graça trazida em Cristo, é estar libertado simultaneamente do domínio da lei e do domínio do pecado. Foi o que Paulo provou em sua própria vida."¹²

Paulo teve confiança na obra do Espírito para guiar e capacitar os cristãos na vida ética. A lei era tão identificada com o pecado e com a morte, e contra a liberdade, que nunca seria possível usá-la na defesa dessa liberdade. O conceito de Paulo sobre o evangelho exclui completamente a lei em todos os seus aspectos. A conduta cristã só é possível em termos de andar no Espírito e não de submissão

⁹H. J. Schoeps, *Paul: The Theology of the Apostle in the Light of Jewish Religious History* (Philadelphia: Westminster, 1959) 29, 171-173

¹⁰F. F. Bruce, "What the Law Could not Do", in *Paul: Apostle of the Heart Set Free*. (Grand Rapids: Eerdmans, 1977).

¹¹*Ibid.*, 191.

¹²*Ibid.*, 193.

à lei. A lei do amor em Gálatas 5:14 tem a mesma construção do decálogo, mas é um tipo de lei diferente pelo fato de que nenhuma força externa pode obrigar o amor ao próximo. Esse amor tem que ser gerado do interior, pelo Espírito. O conteúdo não é diferente, mas a maneira de ser cumprida é diferente.¹³ Pode-se confirmar que a lei do Espírito, do amor e de Cristo são iguais.¹⁴ Os imperativos que Paulo usa, na sua maioria, tratam das relações pessoais e são baseados no princípio do amor.¹⁵ Bruce afirma que o terceiro uso da lei ensinado por Calvino e o segundo (chamada ao arrependimento) e o terceiro uso (direção para a Igreja) ensinados pelos luteranos podem até ser boa teologia mas não são conceitos de Paulo.¹⁶ Paulo é o supremo *libertista*, o apóstolo da liberdade.¹⁷

Douglas Moo¹⁸ ensina que amor não é somente sumário e essência da lei, mas que a lei é cumprida pelo amor. Isso mostra que os cristãos, que não são mais obrigados pela lei, ainda podem e devem viver segundo um padrão divino. O mandamento do amor representa o alvo e o propósito da lei. Os cristãos cumprem a lei, mas não são obrigados, porque cumprir não está ligado à obediência aos preceitos mas a uma atitude de amor e obra do Espírito.¹⁹ O fato de Paulo ser acusado de antinomismo em Romanos 6 mostra que estar debaixo da lei não é apenas estar debaixo da condenação da lei, mas dos preceitos também. Deve ser igualmente notado, em Romanos, que Paulo não fala sobre obediência à lei mas de uma obediência a Deus e à justiça.²⁰ A lei era temporária e estava ligada à velha aliança e ao pecado e, por isso, a ab-rogação era necessária.²¹ Sendo cumprida em Cristo, a lei não é mais a direta e imediata fonte e juiz da conduta do povo de Deus. Agora a lei de Cristo é o padrão. Isso consiste não de um código, mas do ensinamento e exemplo de Jesus e dos apóstolos tendo como centro o amor e estando sob a influência do Espírito.²² O argumento de que a lei do amor faz parte da lei mosaica não tem peso porque esta lei já foi incorporada na lei de Cristo.²³ De fato, a lei deve ser lida de três maneiras:

1. As leis morais da lei mosaica são basicamente incorporadas à lei de Cristo e tudo que é repetido no Novo Testamento deve ser observado.

¹³*Ibid.*, 199-201.

¹⁴*Ibid.*, 201.

¹⁵*Ibid.*, 202.

¹⁶*Ibid.*, 191-193.

¹⁷*Ibid.*, 202.

¹⁸Douglas J. Moo, "The Law of Moses or the Law of Christ." in *Continuity and Discontinuity: Perspectives on the Relationship between the Old and New Testaments. Essays in Honor of S. Lewis Johnson, Jr.* ed. J. S. Feinberg (Westchester: Crossway, 1988) 203-218.

¹⁹*Ibid.*, 209.

²⁰*Ibid.*, 211.

²¹*Ibid.*, 212-213.

²²Douglas J. Moo. "Five Views" ed. por Wayne G. Strickland, *Op. cit.*, 343, 357.

²³*Ibid.*, 360.

2. Os princípios da lei podem ser apropriados porque explicam conceitos básicos.

3. A lei mosaica não tem autoridade legal mas ainda tem autoridade como testemunho profético cumprido em Cristo.²⁴

Moo acha que descontinuidade é mais destacada na teologia e no ensino do Novo Testamento, mas ainda pode falar de continuidade dentro da descontinuidade.²⁵ O cristão não está mais ligado à lei mosaica nem é obrigado por ela, mas ainda está ligado à “lei de Deus” (1 Co 9:20,21) e “aos mandamentos de Deus” (1 Co 7:19). Estas leis não são a lei mosaica, mas a “lei de Cristo.” Alguns mandamentos da lei são usados e reaplicados para os cristãos. Portanto, a lei mosaica não é uma autoridade absoluta, embora alguns dos seus mandamentos ainda tenham autoridade porque estão integrados na lei de Cristo. O cristão sempre deve ver toda lei mosaica em termos do seu cumprimento, e isso somente em Cristo.²⁶ Há continuidade na exigência de Deus, a lei deve ser cumprida, mas há descontinuidade no método; a questão não é praticar a lei, mas cumprir a lei em amor pelo Espírito.²⁷ Na prática, quase nada muda porque o conteúdo é basicamente igual, mas em termos de teologia e aplicação há uma grande diferença. Ser libertos da lei mosaica não resulta em antinomismo porque ainda há a “lei de Cristo”, o poder do Espírito e a união com Cristo, que resultam em uma vida moral. “Leis” ainda são necessárias para corrigir e disciplinar os cristãos que não estão andando segundo o Espírito.²⁸ “Qualquer sistema que substitui mandamentos externos pelo Espírito como norma básica para a vida cristã terá grandes dificuldades com Paulo.”²⁹

W. G. Strickland³⁰ nota que a lei moral existia no coração do homem antes da lei mosaica e é a base da lei de Moisés e da lei de Cristo. As duas leis são paralelas. A lei moral não muda, mas a estrutura e a obrigação da lei mosaica terminaram. A lei de Cristo é a lei da nova aliança, como a lei mosaica era a lei na antiga. Regras detalhadas não são mais necessárias porque o Espírito atua. Os princípios da lei mosaica podem ser ensinados mas não como obrigação.³¹ A lei mosaica ilustra os padrões éticos e graciosos de Deus, e como tal podem ser pregados.³²

²⁴*Ibid.*, 367.

²⁵Douglas Moo, *The Law of Moses*, 217.

²⁶*Ibid.*, 217.

²⁷*Ibid.*, 210.

²⁸*Ibid.*, 218.

²⁹*Ibid.*, 218.

³⁰Strickland, *Op. cit.*, 229-279.

³¹*Ibid.*, 276-278.

³²*Ibid.*, 214.

Morrison e Woodhouse enfatizam que a santificação não é conseguida pela obediência à lei mosaica mas pela renovação da mente pelo Espírito que ensina a vontade de Deus (Rm 12:1,2; Cl 3:1 e Fl 4:8). A base da ética é o caráter de Deus visto na revelação de Deus que inclui a lei mas sem a obrigação de estar debaixo da lei.³³ Fung tenta demonstrar que em Romanos 7-8 e Gálatas 5 Paulo estava combatendo a idéia judaica de que a única maneira para vitória moral sobre o impuro mal eram as restrições da lei. Paulo ensina que a lei é insuficiente e que as frases em Gálatas 5:23 e Romanos 8:4 são polêmicas. Andar segundo o Espírito traz vitória sobre a carne e o cumprimento da lei.³⁴

J. A. Ziesler destaca o fato de Paulo não apelar à lei para suas instruções éticas.³⁵ A lei de Cristo e do Espírito é um domínio pelo Espírito e não um novo código ou renovação de um código antigo. Nas passagens sobre o cumprimento da lei, Paulo não fala da lei em si, mas da intenção da lei, e o fato controlador não é a lei mas a nova vida em Cristo e seu Espírito.³⁶

Räisänen nota que a missão de Paulo aos gentios e a polêmica com seus oponentes obrigaram Paulo a ter uma posição mais negativa com relação à lei.³⁷ De fato, Räisänen acha que, na teoria, Paulo ab-rogou a lei, mas no coração não.³⁸

Beker sugere que a posição radical de Paulo sobre a lei baseada no conceito paulino da condição humana foi basicamente rejeitada e neutralizada no primeiro século.³⁹

A CONTINUIDADE

Textos que Apóiam a Continuidade

A linguagem de Paulo pode ser usada para apoiar a continuidade. Eis os textos mais citados e seus argumentos básicos resumidos:

1. Romanos 10:4. Em vez de traduzir *telos* por "fim", o termo é traduzido por "alvo". A idéia é que Jesus é o cumprimento e alvo da lei e suas promessas. Jesus cumpriu toda a lei com sua obediência e sacrifício e agora pode oferecer a

³³B. Morrison/J. Woodhouse, "The Coherence of Romans 7:1-8:8" *RTR* (47,1988) 14-16.

³⁴Ronald Y. K. Fung, "The Impotence of the Law: Toward a Fresh Understanding of Romans 7:14-25." in *Scripture, Tradition, and Interpretation*. ed. W. Ward Gasque, (Grand Rapids: Eerdmans, 1978) 40-42.

³⁵J. A. Ziesler, *Pauline Christianity*: (Oxford: Oxford University Press, 1990) 112.

³⁶*Ibid.*, 112.

³⁷Heikki Räisänen, "Paul's Theological Difficulties with the Law." in *Studia Biblica 1978; III Papers on Paul and Other New Testament Authors*. ed. E. A. Livingston, (Sheffield: JSOT, 1980) 313.

³⁸*Ibid.*, 313.

³⁹J. Christiaan Beker, *Paul the Apostle: The Triumph of God in Life and Thought*. (Philadelphia: Fortress Press, 1980) 2.

justiça pela fé.⁴⁰ Portanto Cristo não é o fim da lei. Mesmo se se admitisse que o termo significa fim, pode-se argumentar que é somente o fim como maneira de salvação, ou fim de uma má interpretação da lei ou ainda fim da maldição e, portanto, o seu aspecto moral ainda é válido.⁴¹

2. “Anulamos, pois, a lei pela fé? De modo nenhum; antes estabelecemos a lei” (Rm 3:31). Os versículos 21 e 27 também são usados nesse contexto. A lei não é abolida, mas estabelecida no sentido de ser testemunha da justiça pela fé, o que afirma a continuidade entre a história da salvação no passado e presente. A “lei da fé” mencionada no v. 27 é vista como a lei mosaica que anuncia a fé.

3. “A circuncisão nada é, e também a incircuncisão nada é, mas sim a observância dos mandamentos de Deus” (1 Co 7:19). Os mandamentos são vistos não somente como os imperativos de Paulo ou ensinamentos de Jesus, mas incluem a lei mosaica.

4. “Porque a lei do Espírito da vida, em Cristo Jesus te livrou da lei do pecado e da morte” (Rm 8:2). A lei, nesse contexto, não é vista como um poder ou princípio, mas sempre como lei mosaica. Na esfera e como instrumento do pecado, produz pecado e morte, mas, na esfera e como instrumento do Espírito, a lei produz vida.⁴²

5. “Para que a justa exigência da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Rm 8:4, também 8:7). A continuidade é bem clara aqui. Longe de ser anulada, o Espírito age para que os cristãos possam cumpri-la. A obra de Cristo e do Espírito faz o que não era possível antes. A lei, obviamente, foi reduzida e não inclui leis cerimoniais e civis, mas apenas as leis morais.

6. “Pois toda a lei se cumpre numa só palavra, a saber: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo” (Gl 5:14). A lei do amor faz parte da lei mosaica e, portanto, a lei mosaica ainda está em vigor. Romanos 13:8-10 cita quatro mandamentos do decálogo para mostrar que o amor é o cumprimento da lei. A lei é necessária para definir o amor. O fato de Paulo citar esses mandamentos prova que a lei não foi abolida completamente. O amor é um resumo da lei e não a substitui.

⁴⁰Veja Rhyne, *Op. cit.*, 14 e sua citação na página 131 de mais de vinte autores que defendem essa tradução e interpretação.

⁴¹Brice L. Martin, Brice L, *Christ and the Law in Paul* (Supplements to Novum Testamentum ed. C. K. Barrett. Vol LXII) (Leiden: E.J. Brill, 1989) 68.

⁴²Veja James D. G. Dunn, *Romans 1-8* (Dallas: Word, 1988) 416-419; Ulrich Wilckens. *Der Brief an die Römer*. vol 2 (Rom 6-11) (Neukirchen: Neukirchener Verlag, 1980) 121-123; Klyne R. Snodgrass, “Spheres of Influence: A Possible Solution to the Problem of Paul and the Law.” *JSNT* 32 (1988) 106, 107. Veja também a monografia desse autor não publicada.

7. “Se, pois, a incircuncisão guardar os preceitos da lei, porventura a incircuncisão não será reputada como circuncisão?” (Rm 2:26). Os gentios que obedecem à lei não são uma situação imaginária ou efetuada pelos gentios pagãos, mas pelos gentios cristãos.

8. “...e todos os que sob a lei pecaram, pela lei serão julgados” (Rm 2:12). A lei ainda é um instrumento de juízo e julgamento e, portanto, em vigor.

9. A expressão “lei de Cristo” (Gl 6:2 e 1 Co 9:21) não é vista como uma nova lei mas como a renovação da lei mosaica. A lei de Cristo inclui e não exclui a lei mosaica.

10. As expressões positivas da lei em Romanos 7:12,14, “santa, justa, boa, espiritual” e que produz vida (v.10) indicam que Paulo não achou necessário abandonar a lei. O fato de que Paulo ainda praticou o judaísmo e deixou os judeus permanecerem nas suas práticas (1 Co 7:17-24) argumentam a favor de que Paulo não aboliu a lei.

11. “Honra a teu pai e a tua mãe (que é o primeiro mandamento com promessa), para que te vá bem, e sejas de longa vida sobre a terra” (Ef 6:2). Paulo apela para a lei, mostrando a sua validade.

Os Argumentos de Thomas R. Schreiner

Os argumentos em favor da continuidade são vários e geralmente são os mesmos. Os argumentos de Thomas R. Schreiner no seu livro “A Lei e o Seu Cumprimento: Uma Teologia Paulina da Lei” serão apresentados como representativos da posição de continuidade. A seguir está um resumo do capítulo 6, “O Cumprimento da lei pelos Cristãos.”⁴³

Paulo afirma, em Gálatas 5:14, que toda a lei é cumprida no mandamento de amar ao próximo. Essa citação da lei (Lv 19:18) demonstra que Paulo considera pelo menos um mandamento como válido para cristãos. Romanos 13:8-10 é paralelo e explica o que cumprir a lei envolve. O amor, centro da ética de Paulo, só é possível com o poder do Espírito Santo. Paulo não tem uma ética casuística e, portanto, discernimento e sabedoria são necessários. Embora sua ética não seja casuística, Paulo ainda tem uma ética informada. O amor é o centro da ética mas o amor pode ser distorcido e, portanto, a lei é necessária para informar e dar os parâmetros para expressar o amor. Mandamentos específicos não violam ou profi-

⁴³Thomas R. Shreiner, “The Fulfillment of the Law by Christians” in *The Law and Its Fulfillment: A Pauline Theology of Law*. Este sumário está em ordem cronológica e portanto não será dada a citação da página de cada argumento. Lugares que tratam uma discussão mais ampla serão notados.

bem amor. Sem parâmetros, os cristãos podem se enganar achando que estão agindo em amor enquanto estão violando normas absolutas.

Quando Paulo diz que o cristão não está debaixo da lei, isso não inclui a lei moral. Embora Paulo diga em 1 Coríntios 6:12 e 10:23 que todas as coisas são lícitas, é no contexto das coisas *adiaphora* (coisas puras, nesse caso comida) e Paulo não descarta as absolutas, como 1 Coríntios 10:19-22 e 1 Coríntios 6:12-20 mostram. As proibições contra a idolatria são fundadas nos dois primeiros mandamentos do decálogo.

Os teólogos que enfatizam o amor e o Espírito como suficientes para a ética de Paulo não consideram adequadamente o uso das parêneses de Paulo (Rm 12:1-15; Gl 5:13-6.10; Cl 3:1-4:6; 1 Ts 4:1-5:22). O amor não é suficiente, e Paulo tem que esclarecer e detalhar as maneiras como demonstrar amor. Além de ensinar o que devem fazer, condena o incesto (1 Co 5:1-3), a ação judicial e o divórcio (1 Co 6:1-8). Os mandamentos não apagam a vida no Espírito, ao contrário, o Espírito usa os mandamentos para informar aos cristãos como viver no Espírito e providencia o poder para cumprir a lei. Normas morais fazem parte da teologia de Paulo, e tais normas não contradizem seu evangelho.

A tensão entre o amor e os mandamentos deve ser mantida. O amor é necessário para que a obediência não seja somente externa, sem transformação do coração do Espírito, e os mandamentos são necessários para que o amor não seja distorcido.

A frase "e se há algum outro mandamento..." (Rm 13:9) inclui mandamentos além dos quatro já mencionados. Esses mandamentos ainda são válidos para os cristãos. Romanos 8:4 ensina claramente que a *diakomata* ("ordenança") da lei é cumprida pelas pessoas que andam segundo o Espírito. Essa ordenança refere-se ao décimo mandamento, "não cobiçarás", mencionado em Romanos 7:7. Esse mandamento serve como paradigma para todos os mandamentos. O contexto de todo o trecho demonstra que a obra de Cristo e a presença do Espírito faz possível a obediência à lei.⁴⁴

Quando Paulo menciona que os gentios guardam os preceitos da lei (Rm 2:26), não fala de uma hipótese, mas de uma realidade.⁴⁵ Paulo pode dizer que os gentios guardam a lei (também 1 Co 7:19) sem serem circuncidados pois ele faz uma redução da lei e inclui somente as leis morais. Contra a idéia de Westerholm, de que os mandamentos de 1 Coríntios 7:19 são instruções do Espírito, os mandamentos referem-se à lei mosaica como é mais comum na literautra paulina.⁴⁶

É verdade que o judaísmo não fez diferença entre leis rituais e morais, mas tem sido demonstrado que houve uma ênfase nas leis morais, especialmente

⁴⁴*Ibid.*, 151-154, para uma discussão mais técnica. Veja também a monografia desse autor não publicada.

⁴⁵*Ibid.*, 196-201 (capítulo 7 "Did Paul Teach Justification by Works?") para uma defesa dessa posição.

⁴⁶*Ibid.*, 155-156 para uma discussão mais detalhada sobre o uso paulino da expressão.

nos judeus da diáspora. Essa ênfase na literatura judaica legitimiza o ensinamento que enfatiza e exige que a lei moral deve ser cumprida.⁴⁷

Contra a teoria de que o judaísmo rabínico ensinou que a época do Messias poria fim à lei está a evidência de que a literatura judaica não ensina isso claramente; ao contrário, fala que o Messias traria um entendimento maior da lei.⁴⁸

A lei de Cristo não deve nem pode ser vista como a nova lei. Paulo quase nunca cita os ensinamentos de Cristo, entretanto cita muito mais a lei. Paulo nunca apela para uma nova lei. Quando diz que ele não está debaixo da lei (1 Co 9:20) e sem lei (9:21), ele está se referindo aos elementos da lei que separavam os gentios e judeus, como a circuncisão, as leis da comida e o sábado. Ao afirmar que ainda está debaixo da lei de Cristo (9:21) ele quer dizer que ainda se submete às leis morais. A lei de Cristo em Gálatas 6:2 é mencionada no contexto do Espírito, enfatizando a necessidade do Espírito para cumprir-se a lei. O conteúdo da lei é a lei do amor que é um sumário da lei mosaica (5:14). Essa lei de Cristo não pode ser identificada com uma nova Torá de Sião que substitui a Torá do Sinai. A nova aliança (Jr 31:31-34) não diz nada sobre a nova lei mas somente afirma a internalização da lei.⁴⁹

A perspectiva paulina da antiga aliança era complexa e incluía alguns aspectos que cessaram e outros que permaneceram. A lei foi cumprida e estabelecida (Rm 3:31), mas também cessou. O próprio Antigo Testamento previu um cumprimento futuro (Dt 30:6; Jr 31:31-34; Ez 36:26-27). Paulo ensina claramente que o sacrifício de Cristo tornou os sacrifícios desnecessários. As festas e leis referentes à comida também não são mais válidas. Ele até usa a linguagem da pureza, mas num sentido espiritual e ético (2 Co 6:14-17).⁵⁰ A circuncisão não é mais válida porque a entrada na comunidade de Deus é pela fé (circuncisão do coração) e não pela circuncisão física. As leis civis não são mais necessárias porque o novo povo de Deus é uma comunidade de fé e não uma nação com necessidade de um governo civil.⁵¹ O sábado também não é normativo para os cristãos, segundo Paulo.⁵² Todas essas leis tem significado no sentido que apontam para Cristo e são cumpridas nele.

Em vista das afirmações de que Paulo espera que os cristãos ainda devem cumprir a lei e o fato de que vários aspectos da lei cessaram, a conclusão é que Paulo faz uma redução da lei e afirma que as leis morais ainda obrigam os cristãos e que são habilitados a cumpri-las pelo poder do Espírito. O conteúdo da lei moral não muda; somente o poder de cumprir é adicionado.

⁴⁷*Ibid.*, 156,176 e a nota 25.

⁴⁸*Ibid.*, 157 e as notas da página para a defesa desta idéia.

⁴⁹*Ibid.*, 160 e as notas para uma discussão mais ampla sobre a Torá de Sião e do Sinai.

⁵⁰*Ibid.*, 162-163.

⁵¹*Ibid.*, 164-169 para uma discussão sobre a circuncisão e as leis civis.

⁵²*Ibid.*, 169,170 para a posição de Paulo sobre o sábado.

A lei em si nunca foi o problema. O problema sempre foi o pecado que usou a lei como instrumento e a fraqueza da carne (Rm 7:8,11,14,17-18,24). Agora Cristo resolveu este problema e o Espírito capacita o cristão a cumprir a lei (Rm 8:1-4). A aliança mosaica teve pelo menos duas funções: separar os judeus dos pagãos ao redor e demonstrar sua incapacidade de guardar a lei. A liberdade da lei derruba essas barreiras étnicas e providencia poder para guardar a lei.⁵³

Pelo fato de que os cristãos ainda vivem na tensão escatológica entre o "já, e ainda não", a lei com suas normas morais ainda tem um papel a cumprir na vida dos cristãos. A lei em si não é uma solução, mas, providencia um padrão e tem de ser obedecida.

Não é muito difícil distinguir entre leis rituais e morais como alguns afirmam.⁵⁴ Manter as normas morais da lei não compromete o evangelho, segundo Paulo. "A novidade do seu evangelho não consiste na rejeição da toda lei mas na habilidade de guardar a lei pela obra poderosa do Espírito Santo."⁵⁵ Encerra-se aqui o resumo dos argumentos do livro de Thomas Schreiner.

Alguns argumentos adicionais são apresentados em seu artigo "A Abolição e o Cumprimento da Lei em Paulo."⁵⁶ Ele argumenta que não há evidência na literatura paulina de que o Espírito providencia a norma internalizada separadamente da palavra. Não há, segundo Schreiner, uma polaridade necessária entre vida no Espírito e as exigências externas. O Espírito e a Palavra trabalham em harmonia (Gl 3:2; Rm 10:16, 17).⁵⁷ Ele acha que a distinção de Westerholm entre "praticar" e "cumprir" é tênue. Embora haja um elemento de verdade os termos não são suficientemente distintos. Se o cristão cumpre naturalmente a lei pelo Espírito, por que Paulo deu mandamentos nas parênteses e até ordens obrigatórias (1 Co 7:10ss)? Tais instruções foram necessárias até para cristãos maduros (1 Ts 4:1-8) e não somente para cristãos fracos.⁵⁸

Ele argumenta também que Paulo fez uma distinção entre as leis e uma redução da lei que excluiu as leis rituais e civis mas manteve as leis morais. Embora Paulo não diga isso claramente, está implícito nos seus ensinamentos.⁵⁹ Paulo não defende essa distinção porque era tão aceita que ninguém iria questionar sua validade.⁶⁰ O fato de ele não usar a lei contra a imoralidade em 1 Coríntios 5 deve-se ao fato de que todos, até os gentios, acharam que era errado e não foi necessário

⁵³*Ibid.*, 176,177 para uma defesa dessa idéia.

⁵⁴*Ibid.*, 176.

⁵⁵*Ibid.*, 177.

⁵⁶Thomas R. Schreiner, "The Abolition and Fulfillment of the Law in Paul" *JSNT* 35 (1989): 47-74.

⁵⁷*Ibid.*, 54.

⁵⁸*Ibid.*, 55.

⁵⁹*Ibid.*, 59-65.

⁶⁰*Ibid.*, 63.

citar a lei.⁶¹ Paulo proíbe a idolatria (1 Co 10:1-13) porque é contra a lei.⁶² O fato de que o judaísmo não fez distinção entre as leis não quer dizer que Paulo também não tenha feito. Ele se diferenciou dos judeus em vários aspectos da lei, por exemplo, na circuncisão e, portanto, podia se diferenciar nesse aspecto também.⁶³

No artigo, “O Ponto de Vista de Paulo sobre a Lei em Romanos 10:4-5” Schreiner argumenta detalhadamente, demonstrando que *telos* não pode ser interpretado como um fim absoluto da lei porque o propósito de Paulo não era providenciar uma frase global sobre o relacionamento entre os dois testamentos. Paulo está simplesmente dizendo que aqueles que confiam em Cristo param de usar a lei como meio de estabelecer sua própria justiça.⁶⁴

Argumentos de Outros Teólogos

Argumentos adicionais de outros teólogos a favor da continuidade merecem ser mencionados também.

Robert Badenas defende a interpretação de *telos* como alvo. O significado de Romanos 10:4 é que a Torá, em sua promessa de justiça para os que crêem, apontou para Cristo.⁶⁵ Thomas Rhyne argumenta que a lei testemunha em favor da justiça pela fé em Cristo e que Cristo não é o fim da lei no seu sentido ético.⁶⁶

Snodgrass argumenta que a lei na esfera do pecado e da carne produz morte mas na esfera do Espírito produz vida.⁶⁷ Thielman também está de acordo com essa tese.⁶⁸

Martin argumenta na mesma linha de Schreiner.⁶⁹ Ele interpreta o fim da lei, em Romanos 10:4, como o fim da escravidão, condenação e morte, mas que a lei ainda é a expressão da vontade de Deus e que a lei moral ainda é válida.⁷⁰ A lei é o padrão ético que o cristão é obrigado a obedecer com a ajuda do Espírito.⁷¹ “Seria estranho que Paulo não pensasse que ele não deveria obedecer aos mandamentos de Deus ou olhar para a lei de Deus como instrução.”⁷² Paulo pode di-

⁶¹*Ibid.*, 64.

⁶²*Ibid.*, 64.

⁶³*Ibid.*, 65.

⁶⁴T. R. Schreiner, “Paul’s View of the Law in Romans 10:4-5” *WTJ* 55 (1993) 135.

⁶⁵Robert Badenas, 116-118.

⁶⁶Rhyne, *Op. cit.*, 114,115.

⁶⁷Snodgrass, *Op. cit.*, 98-108.

⁶⁸Frank Thielman. “The Coherence of Paul’s View of the Law: The Evidente of First Corinthians.” *NTS*. vol. 38 (1992) 252; Thielman. *Paul and the Law: A Contextual Approach*. (Downers Grove: Intervarsity Press, 1994) 202-203.

⁶⁹Martin, *Op. cit.*, 68, 129-154.

⁷⁰*Ibid.*, 144.

⁷¹*Ibid.*, 147.

⁷²*Ibid.*, 148.

zer que toda a lei é cumprida porque o judaísmo muitas vezes sumarizava a lei de maneira semelhante.⁷³

T. J. Deidun destaca o equilíbrio e síntese entre lei e Espírito, lei e graça, lei e amor, indicativo e imperativo, mandamento interno e externo.⁷⁴ "Ambos, lei e amor, são íntegros na existência cristã no Espírito e no corpo."⁷⁵ O imperativo é uma parte necessária e normal da atividade do Espírito.⁷⁶

B. J. Brooten⁷⁷ argumenta que o desligamento da lei judaica não foi completo nas questões práticas. Paulo usa terminologia e conceitos do Código Santo proibindo a má conduta, como por exemplo, imoralidade e idolatria. Nas questões éticas e nas da sociedade e comunidade, ele usa a lei seletivamente como guia.⁷⁸

A respeito do argumento de que o cumprimento da lei através do amor torna a lei supérflua, Ridderbos diz o seguinte:

Esse é, todavia, um argumento que resulta claramente de um embaraço. Paulo não descreve o amor como o término da lei, nem afirma que o amor torna supérflua a lei. Ele fala da lei como o cumprimento exigido do cristão e que pressupõe o mandamento perene da lei.⁷⁹

O amor não substitui a lei, ao contrário, mostra que é encontrado na lei.⁸⁰ Não há contraste entre "lei" e "Espírito", entre "ordenança externa" e "disposição interna". Para Paulo, é evidente que a norma da vida cristã está na lei como a expressão da vontade de Deus. O Espírito escreve a lei no coração (2 Co 3) e o fruto do Espírito são as boas obras que a lei exige. A liberdade da lei é a liberdade do terror de encontrar a lei sem Cristo e sem o Espírito. Liberdade moral é o poder de fazer o que Deus requer.⁸¹

E. P. Sanders acha que Paulo manteve que a lei é uma e dada por Deus, mas ainda podia afirmar que partes da lei não são ab-rogadas por causa da missão ao gentios embora ele não explica como. Em dizer que alguns aspectos da lei são

⁷³*Ibid.*, 150; E. P. Sanders, *Paul, the Law, and the Jewish People*. (Philadelphia: Fortress, 1983) 96,97,115.

⁷⁴T. J. Deidun, *New Covenant Morality in Paul*. AnBib 89 (Rome: Biblical Institute, 1981) 189-256.

⁷⁵*Ibid.*, 216.

⁷⁶*Ibid.*, 209.

⁷⁷Bernadette J. Brooten, "Paul and the Law: How Complete was the Departure?" in *The Princeton Seminary Bulletin* Supplementary Issue 1: The Church and Israel: Romans 9-11 (1990) 71-89.

⁷⁸*Ibid.*, 88-89.

⁷⁹Herman N. Ridderbos, *When the Time Had Fully Come: Studies in New Testament Theology*. (Jordan Station: Paideia Press, 1982) 74.

⁸⁰*Ibid.*, 74.

⁸¹*Ibid.*, 76.

ab-rogados, mas que os cristãos cumprem a lei, Paulo está fazendo uma redução da lei embora não faça uma distinção clara de como.⁸² Em relação à salvação a lei terminou para Paulo, mas ao tratar a conduta dos cristãos a lei ainda funciona até certo ponto como lei.⁸³ James Dunn elabora a idéia de Sanders dizendo que Paulo atacou apenas o “nomismo pactual” (as leis que marcaram claramente o povo judeu como circuncisão e regras alimentares e o Sábado) do judaísmo do seus dias e que a lei moral ainda é válida.⁸⁴

Schrage ensina que para Paulo a lei perdeu sua autoridade absolutamente inapelável e que não pode ser mais a última instância para os cristãos embora não seja simplesmente descartada como critério material de conduta da vida cristã.⁸⁵ Amor como a suma da lei não substitui ou absorve os mandamentos que são resumidos e recapitulados.⁸⁶

H. Hubner observa que há uma ab-rogação da lei em Romanos 14, redução da lei em Romanos 13:8-10 e que redução e ab-rogação são dois aspectos complementares da mesma coisa.⁸⁷ Ele também observa que, embora a lei tenha sido ab-rogada em Romanos 14, pode e deve ser retomada para cumprir a lei do amor em não causar o tropeço de um irmão.⁸⁸

J. A. Sanders ensina que Cristo, como a nova Torá, inaugurou a época messiânica e sucedeu a época da Torá, mas não erradicou ou anulou a Torá. A Torá foi incluída em Cristo na nova época.⁸⁹ Paulo enfatizou o aspecto histórico da Torá em vez da parte legal.⁹⁰

Kaiser levanta a necessidade da lei para definir mais claramente a moralidade. Ele pergunta de onde os cristãos vão receber os padrões para formar sua ética. Qual vai ser o padrão nos casos de casamento de parentes próximos, prática de feitiçaria e ocultismo, aborto e pena de morte?⁹¹

Davies observa que o fato de que Cristianismo surgiu do Judaísmo e que a igreja é vista como o novo Israel apóia o conceito de que a lei mantém uma parte

⁸²E. P. Sanders, *Op. cit.*, 103, 104.

⁸³*Ibid.*, 114.

⁸⁴ James D. B. Dunn, *The Partings of the Ways: Between Christianity and Judaism and their Significance for the Character of Christianity*. (London: SCM Press, 1991) 135-139.

⁸⁵Wolfgang Schrage, *Ética do Novo Testamento: (São Leopoldo: Sinodal, 1994)* 210.

⁸⁶*Ibid.*, 212.

⁸⁷Hans Hubner, *Law in Paul's Thought*. (Edinburgh: T.&T. Clark. 1984) 84,85.

⁸⁸*Ibid.*, 85.

⁸⁹J. A. Sanders. “Torah and Paul.” in *God's Christa and His People: Studies in Honor of Nils Alstrup Dahl*. ed. J. Jervell e W. Meeks. (Oslo: Universitetsforlaget, 1977) 137.

⁹⁰*Ibid.*, 138.

⁹¹ Kaiser, “Five Views”, ed. W. G. Strickland, 400.

íntegra no Novo Testamento. Ele afirma que o cristianismo paulino não é primariamente uma antítese à lei.⁹²

Longenecker, embora enfatize a descontinuidade da lei como meio de salvação e santificação,⁹³ ainda argumenta que a lei continua como uma expressão da vontade de Deus.⁹⁴ Essa vontade pode ser interpretada de várias maneiras. É abolida na sua obrigação contratual, mas permanece como padrão do julgamento de Deus.⁹⁵

ANÁLISE DAS DUAS POSIÇÕES

Como foi visto, os argumentos pela descontinuidade e continuidade são vários e podem deixar o leitor confuso. Como demonstrado, a linguagem de Paulo contribui para essa confusão. Pode-se optar pela conclusão de que Paulo era incoerente nos seus argumentos.⁹⁶ Outra explicação é que a audiência e o contexto justificam a diferença de linguagem.⁹⁷ Mas, isso não explica tudo, porque a linguagem que parece contraditória surge das mesmas cartas.

As semelhanças dessas duas posições devem ser notadas:

1. As leis rituais e civis são abolidas na teologia de Paulo sobre a lei.
2. Uma vida moral ainda é esperada do povo de Deus. O resultado final não é diferente.
3. Somente o Espírito pode produzir uma vida moral.
4. Qualquer interpretação da lei tem de considerar seu relacionamento com Cristo e sua obra.
5. A lei é cumprida em Cristo, e este fato tem conseqüências profundas.
6. O amor, e não a lei, é o centro da ética de Paulo.
7. A lei permanece como parte da revelação de Deus e mantém pelo menos sua função profética e didática.
8. Paulo usa imperativos e mandamentos para demonstrar que a questão em vista é a lei mosaica e não uma vida sem norma alguma.

Para este autor, os argumentos mais fortes para a descontinuidade que surgem em Paulo são os seguintes:

⁹²W. D. Davies, "Paul and the Law: Reflections on Pitfall in Interpretation" in *Paul and Paulinism: Essays in honour of C. K. Barrett* ed. M. D. Hooker and S. G. Wilson. (London: SPCK, 1982) 6.

⁹³Richard N. Longenecker, *Paul: Apostle of Liberty*. 1964; reprint (Grand Rapids: Baker, 1976) 154,155.

⁹⁴*Ibid.*, 144-153.

⁹⁵*Ibid.*, 144-153, 122-127.

⁹⁶H. Räisenen, *Op. cit.*, 313-315.

⁹⁷Hubner, *Op. cit.*, 83-87; Davies. *Op. cit.*, 8-10.

1. A aliança antiga terminou na história da salvação. A lei fez parte dessa aliança e, portanto, precisava ser ab-rogada. Não é possível fazer distinções na lei porque a lei sempre foi vista como um todo. Paulo seria mal interpretado e acusado de incoerência se tentasse fazer distinções na lei.
2. O fato de ser missionário para os gentios contribuiu para sua posição mais radical. Como ele poderia apelar para a lei em algumas áreas e não em outras? A lei mosaica não era mais necessária porque a lei moral já estava escrita nos corações e o Espírito está disponível para guiar, ensinar e capacitar. A lei do amor, a lei de Cristo e os ensinamentos dos apóstolos são suficientes (e incorporam os elementos essenciais da lei mosaica) para a nova ética e não é necessário apelar para a lei já ab-rogada.
3. O silêncio de Paulo de não apelar para a lei nas questões éticas fala alto, apoiando a descontinuidade.
4. A linguagem forte de Paulo e a oposição que ele combate nas suas cartas são argumentos fortes para a descontinuidade.

Os argumentos mais fracos para a descontinuidade são os seguintes:

1. É verdade que Paulo diz que a lei foi cumprida e que ele não exige dos cristãos “praticar a lei”, mas, não se pode cumprir a lei sem praticá-la. “Praticar a lei” é subentendido, e não foi necessário que Paulo mencionasse isso.
2. Dizem que os ensinamentos de Jesus e dos apóstolos são a base da nova ética, mas, está claro nos Evangelhos e em Atos que a lei fazia parte desses ensinamentos.

No caso da continuidade, os argumentos mais fortes são os seguintes:

1. A linguagem ambígua torna suspeita qualquer ab-rogação absoluta da lei.
2. O fato de Paulo ter sido judeu e o respeito que teve pela lei torna duvidosa uma posição radical de ab-rogação.
3. A lei, em geral, tem elementos positivos que podem ser usados para definir o amor. A lei mosaica também tem elementos positivos e pode ser usada como instrumento de graça pelo Espírito para efetivar a santificação. Sem um padrão absoluto e definido, é difícil resolver questões éticas, porque o amor é muito subjetivo e pode ser facilmente distorcido.
4. O contexto de Romanos 10:4 não permite que a frase, “fim da lei” seja usada para uma declaração universal e definitiva.

5. O amor faz parte da lei e, portanto, pelo menos uma parte da lei ainda é válida.
6. Ao dizer que a lei é cumprida pelos cristãos, Paulo está ensinando uma continuidade.

Já os argumentos mais fracos para a continuidade são os seguintes:

1. Dizer que Paulo só lutava contra uma má interpretação ou um abuso da lei não leva em consideração a linguagem forte de Paulo e a oposição que ele enfrentou.
2. Nas passagens onde Paulo fala sobre o cumprimento da lei, ele não está apelando para a lei, mas simplesmente descrevendo a realidade de que o amor cumpre a lei.
3. A lei do Espírito da vida em Romanos 8:2 não pode ser interpretada como lei mosaica na esfera do Espírito e como instrumento deste.⁹⁸

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou os argumentos básicos das duas posições da lei na vida do cristão numa perspectiva paulina: descontinuidade e continuidade. Foram apresentados os textos básicos usados pelas duas posições e os argumentos de dois teólogos representantes das respectivas posições. Alguns argumentos adicionais de outros teólogos também foram acrescentados para ampliar a discussão.

Como foi dito na introdução, o objetivo não foi determinar ou defender uma posição, mas apresentar os argumentos das duas posições. Assim, esse artigo contribui para o debate, pois mostra os argumentos principais e serve de ponto de partida para mais discussão e novas idéias.

Pudemos ver a complexidade da questão e entender que provavelmente nunca haverá um consenso entre os teólogos. Todavia, vários passos importantes serão necessários para o leitor chegar a uma posição particular abalorada. Um estudo mais profundo do judaísmo e do cristianismo do primeiro século será necessário para entender o contexto e a linguagem de Paulo na questão da lei. Uma pesquisa exegética mais detalhada dos textos paulinos sobre lei será indispensável, principalmente em Romanos 6-8. Uma comparação com outros autores bíblicos será útil para entender o pensamento de Paulo. Mesmo com esses passos, chegar a uma conclusão definitiva será um desafio.⁹⁹

⁹⁸K. B. Bienert, *A Função da Lei na Vida dos Crentes: Uma Perspectiva Paulina Baseada em Romanos 8:1-4*. Monografia não publicada (arquivos do IEPG: S. Leopoldo, 1996) 5-8.

⁹⁹Eis uma relação complementar de livros e artigos úteis para o leitor: Brendan Byrne, Brendan, "Living Out the Righteousness of God: The Contribution of Rom 6:1- 8:13 to an Understanding of Paul's Ethical Presuppositions." *CBQ* 43 (1981)557-581. E. Käsemann, *Perspectives on Paul*. (Philadelphia: Fortress Press. 1971). Leander E. Keck, "The Law and 'The law of sin

De fato, a questão da lei e suas implicações na área da ética são altamente relevantes. As fontes da ética são muitas vezes baseadas nas leis sagradas. O propósito e o cumprimento da lei são aspectos importantes no estudo da religião cristã. A maneira de cumprir a lei e as conseqüências de guardar ou não a lei também são relevantes. Todas essas áreas, e muito mais, devem ser tratadas em uma análise sociológica da religião. Enfim, a questão da lei é importante no campo da fé. Este artigo procurou tratar alguns dos pontos mais importantes dessa questão, porém com um foco bem definido. O artigo só tratou de apenas um aspecto da lei de um autor bíblico. Mesmo sendo muito limitado, é possível que essas linhas contribuam para uma pesquisa mais ampla do papel da lei no Cristianismo e até para uma comparação com os estudos da lei em outras religiões.

and Death' (Röm 8.1-4): Reflections on the Spirit and Ethics in Paul." in J. L. Crenshaw and S. Sandmel, eds. *The Divine Helmsman: Studies on God's Control of Human Events, Presented to Lou H. Silberman*. (New York: Ktav, 1980) 41-57. George E Ladd, *Teologia do Novo Testamento* (Rio de Janeiro: JUERP, 1984). Heikki Räisänen. "Das 'Gesetz des Glauben' (Rm 3:27) und das 'Gesetz des Geistes' (Rm 8:2)." *NTS* 26 (1980) 101-117. Francis Watson, *Paul, Judaism and the Gentiles: A Sociological Approach* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986).